

Aspectos para uma epistemologia política do desenvolvimento: Estado, democracia, desenvolvimento: (im)possibilidades no contexto do neoliberalismo

Sandro Luiz Bazzanella

Jairo Marchesan

Cintia Neves Godo

GRUPO DE TRABALHO: GT8: Estado, políticas públicas, democracia, participação popular e movimentos sociais:

RESUMO: O presente artigo vincula-se a linha de investigação em torno da constituição de uma epistemologia política do desenvolvimento que possibilite avançarmos na conformação de um diagnóstico em torno da trajetória política, social e econômica brasileira de suas iniciativas e soluções de continuidade na afirmação de um projeto local, regional e nacional de desenvolvimento. Para tal finalidade, articulam-se discursivamente noções de Estado, democracia, desenvolvimento e neoliberalismo. A partir de tais pressupostos, ao longo de artigo procura-se demonstrar que o processo de colonização assentada na expropriação dos recursos naturais e na exploração intensa e extensa de seres humanos (índios e negros) escravizados forjou a partir das oligarquias agrárias e urbanas um *ethos escravocrata* que subjaz o tecido social brasileiro, impedindo a conformação de um espaço público que afirmasse a justiça social como pressuposto a desenvolvimento local, regional e nacional. Esta herança histórica, social e política se consubstancializa com as imposições da agenda neoliberal na atualidade sobre o Estado e a sociedade brasileira, impondo novos desafios à afirmação de um projeto social e político de desenvolvimento articulado entre as esferas locais, regionais e nacionais.

Palavras-chave: Estado; Democracia; Neoliberalismo; Desenvolvimento;

1. Introdução:

A questão que este artigo pretende colocar em debate se apresenta a partir dos seguintes questionamentos: Porque após 500 (quinhentos) anos de colonização e, reunindo vasto território repleto de riquezas naturais e, com uma população de mais de 200 (duzentos) milhões de habitantes, Estado e sociedade brasileira encontram-se numa condição de desenvolvimento socioeconômico periférico, quando comparado com alguns outros Estados e povos no cenário internacional? A constituição da natureza e finalidade do Estado é determinante para a afirmação de um projeto de desenvolvimento nacional soberano? A natureza do Estado é condição de constituição e garantia do espaço público em relação aos interesses privados? A afirmação dos interesses comuns, dos bens públicos é determinante para o desenvolvimento nacional e regional? O *ethos escravocrata*, forjado nas relações desiguais entre oligarquias agrárias, trabalho escravo e populações excluídas inerentes ao período da colonização podem ser consideradas como heranças que incidem sobre as

condições de possibilidade do desenvolvimento brasileiro na atualidade? Qual a relação entre democracia e desenvolvimento? A qualidade da democracia em sua forma representativa, ou participativa direta contribui para a afirmação de um projeto de desenvolvimento local, regional e nacional? De que formas a agenda neoliberal implementada em fins do século XX, no contexto político e social brasileiro incidem sobre os limites da capacidade de desenvolvimento da sociedade e do Estado brasileiro na atualidade?

São questões desta natureza que orientam esta pesquisa. Porém, desprovidas da pretensão de dar respostas conclusivas às mesmas, mas reconhecendo a complexidade e a urgência de promover a reflexão e o debate, como condição de avançar na compreensão dos limites e das potencialidades do desenvolvimento local, regional e nacional. Trata-se, portanto, de oferecer contribuição analítica e reflexiva, de tomarmos as relações entre Estado, sociedade, público e privado como objeto de estudo e de pesquisa. Somente os povos que se tomam profundamente como objeto, ou seja, que buscam conhecer sua história e se reconhecer em suas formas de organização social e institucional, podem alcançar compreensões de seus limites e de suas potencialidades de desenvolvimento.

A quadra histórica, política e econômica mundial em que estamos inseridos nos convidam a compreendermos que condição social, política e econômica ocupamos no mundo. Mas, este convite se apresenta exigente, na medida em que compreender as exigências geopolíticas é preciso que avancemos na compreensão das relações entre Estado e sociedade brasileira e, por decorrência, do atual estágio de desenvolvimento político e social em que nos encontramos.

2. Aspectos metodológicos

A metodologia que orientou o presente estudo vincula-se em sua orientação filosófica à Teoria Crítica, na medida em que se trata de considerar as contradições, os paradoxos inerentes à relação entre Estado brasileiro, sociedade, democracia e desenvolvimento no contexto da agenda neoliberal. Ainda nesta direção, a Teoria Crítica tem por finalidade analisar, refletir e compreender as ideologias hegemônicas em determinados contextos históricos, políticos, sociais e econômicos e, que conferem os fundamentos epistemológicos a visões de mundo, pesquisas, discursos, debates e ações práticas.

A análise partiu de uma perspectiva histórica, traçando a formação do Estado brasileiro desde o período colonial até a contemporaneidade, com ênfase na existência e permanência de estruturas oligárquicas, patrimonialismo e em um ethos escravocrata.

Quanto às fontes, a pesquisa se orienta por revisão bibliográfica e documental, a partir da leitura e análise de livros, artigos científicos e sites de internet. As categorias conceituais em

análise são: Estado; Democracia; Desenvolvimento; Neoliberalismo. A metodologia combinou, portanto, revisão bibliográfica com uma análise das relações entre democracia, desenvolvimento e neoliberalismo no Brasil.

Desta maneira, para tratar de Natureza e finalidade do estado foram utilizadas discussões de Aristóteles. Para tratar da formação do estado brasileiro e das oligarquias foram elencados autores como Theotônio dos Santos, Francisco Weffort e Schwartzman. Acerca do neoliberalismo e sua relação com desenvolvimento, autores como Dardot e Laval, Marilena Chauí e Ab'Saber foram considerados. A seguir o texto apresenta a discussão do referencial elencado e analisado.

3. Da natureza do Estado.

Analisar a questão do Estado brasileiro e em sua *dynamis* em torno das relações entre democracia, desenvolvimento e neoliberalismo requer inicialmente considerar a natureza do Estado. Para considerar a natureza do Estado e sua finalidade tomaremos aqui algumas reflexões de Aristóteles presentes na obra: “A Política”. O referido pensador reflete a natureza e a finalidade do Estado no contexto do mundo Grego Antigo. Em que pese a distância temporal entre as reflexões de Aristóteles e a condição social e política brasileira contemporânea, suas contribuições analíticas em relação à finalidade do Estado permanecem atuais, válidas e, com significativas contribuições para a reflexão sobre as relações que se estabelecem entre Estado, democracia e desenvolvimento

Aristóteles no contexto do mundo Grego Antigo, mais especificamente refletindo a natureza e finalidade do Estado, a partir da *polis* (Cidade-comunidade ateniense), considera que a natureza do Estado se justifica como decorrência da condição gregária dos seres humanos. O homem é um animal de linguagem complexa, capaz de negociar por meio da palavra as condições de sobrevivência, de convivência comum e, por decorrência, de compartilhamento do mundo. Assim, para o filósofo estagirita por ser um animal de linguagem o homem é por excelência um animal político.

Assim, o homem é um animal cívico, mais social do que as abelhas e os outros animais que vivem juntos. A natureza, que nada fez em vão, concedeu apenas a ele o dom da palavra, que não devemos confundir com os sons da voz. Estes são apenas a expressão de sensações agradáveis ou desagradáveis, de que os outros animais são, como nós, capazes. A natureza deu-lhes um órgão limitado a este único efeito; nós, porém, temos a mais, senão o conhecimento desenvolvido, pelo menos o sentimento obscuro do bem e do mal, do útil e do nocivo, do justo e do injusto, objetos para a manifestação dos quais nos foi principalmente dado o órgão da fala. Este comércio da palavra é o laço de toda sociedade doméstica e civil. (Aristóteles, 2006, p. 5).

Ainda nesta direção, para Aristóteles a natureza da Cidade-comunidade se inscreve no fato de que “os membros da Cidade: nenhum pode bastar-se a si mesmo. Aquele que não precisa dos outros homens, ou não pode resolver-se a ficar com eles, ou é um deus, ou um bruto. Assim, a inclinação natural leva os homens a este gênero de sociedade”. (Aristóteles, 2006, p. 5). Se a condição gregária dos seres humanos reside na natureza da formação da comunidade, da cidade, do Estado, sua finalidade reside na constituição e garantia de existência do espaço público, *locus par excellence* da afirmação do viver-bem juntos, condição indispensável para a realização da finalidade da vida humana e alcance da felicidade.

Ou seja, se para Aristóteles o homem é um animal que articula uma linguagem complexa que lhe permite o comércio da palavra, condição indispensável para a política. Viver em sociedade, negociar a palavra, agir conjuntamente na constituição, afirmação e garantia do espaço público é inerente à condição humana. De sua condição de animal gregário, portanto, político se constitui a Cidade-comunidade (Estado), caracterizada como espaço público onde o viver-bem juntos em vista do alcance da felicidade implica a finalidade do Estado.

O homem é, por natureza, como dissemos desde o começo ao falarmos do governo doméstico e dos escravos, um animal feito para a sociedade civil. Assim, mesmo que não tivéssemos necessidade uns dos outros, não deixaríamos de desejar viver juntos. Na verdade, o interesse comum também nos une, pois cada um aí encontra meios de viver melhor. Eis, portanto, o nosso fim principal, comum a todos e a cada um em particular. Reunimo-nos, mesmo que seja só para pôr a vida em segurança. (...). Mas, não é apenas para *viver juntos*, mas sim para *bem viver juntos* que se fez o Estado, (...). (Aristóteles, 2006, p. 53).

Para Aristóteles a finalidade do Estado (Cidade-comunidade) é alcançada quando a sociedade civil constitui o espaço público como *locus par excellence* de afirmação de instituições e cidadãos comprometidos com o cultivo da honra e da virtude. Assim, o viver-bem juntos implica o compromisso dos cidadãos com os interesses públicos, com os interesses da Cidade-comunidade como condição de alcance da felicidade. A felicidade somente pode ser alcançada por meio da política ao reconhecer o comprometimento dos cidadãos com a preservação e promoção do espaço e dos interesses públicos governados pelo Estado. “O fim da sociedade civil é, portanto, viver bem; todas as suas instituições não são senão meios para isso, e a própria Cidade é apenas uma grande comunidade de famílias e de aldeias em que a vida encontra todos estes meios de perfeição e de suficiência.” (Aristóteles, 2006, p. 560).

4. Da natureza do Estado brasileiro: democracia e desenvolvimento

A natureza do Estado presente nas reflexões de Aristóteles acima exposta é de fundamental importância para analisarmos a natureza do Estado brasileiro, seus limites na constituição do espaço público e, afirmação dos bens públicos, de uma sociedade democrática, bem como compreender as soluções de continuidade em sua trajetória histórica e social de desenvolvimento. Sob tais pressupostos, é preciso considerar *a arché*, o ponto de partida a partir do qual se apresentará em fins do século XIX as bases do Estado brasileiro. O ponto de partida é a instauração da colônia de exploração em terras brasileiras pela Coroa portuguesa a partir do século XVI. Durante trezentos e vinte e dois anos o Brasil foi uma colônia de exploração de Portugal. Concentração de terras, exploração de recursos naturais, trabalho escravo, expropriação da riqueza extraída e produzida na colônia foram práticas históricas nestas terras. Portanto, terra agredida, espoliada e gente escravizada.

Assim, nossa formação transnacional, atlântica, luso-africana, católica, de força concentracionária e de povo desprovido de direitos, de colônia de exploração mercantil orientada desde sempre para o mercado global e para os poderes centrais, teria produzido uma forma intensa de articulação interior do *sujeito do poder* por estas paragens – e aqui, por um segundo, eu quase disse *pastagens...* – entre nós e neste projeto singular de nação. (Ab'saber, 2022, p. 20)

Por seu turno o sociólogo Theotonio dos Santos em sua obra: *Evolução Histórica do Brasil: Da Colônia à Crise da “Nova República”*, publicada em 2021, demonstra que colonização do Brasil na forma de colônia de exploração demarca herança econômica e política, que percorreu os séculos coloniais à atualidade, que se apresenta numa economia majoritariamente agroexportadora extensiva e corrosiva dos solos, da fauna e da flora, agressiva em relação ao meio ambiente, capitaneada politicamente por oligarquias rurais. Assim, a...

(...) estrutura socioeconômica colonial e do seu caráter como monoprodutora exportadora, latifundiária e escravista. (...) a produção assumiu um caráter extensivo, para atender à fome de metais preciosos e de produtos tropicais que tinha na Europa. Amplas regiões foram devastadas, produziu-se um terrível desequilíbrio ecológico, regiões de produção ou caça e pesca dos indígenas foram-lhes tomadas violentamente e novas doenças lhes foram transmitidas – ocasionando uma espantosa mortalidade, a qual reduziu a menos da metade a população indígena do Brasil. (Santos, 2021, p.34)

O longo período colonial brasileiro marcado pela violência social e econômica, característica da colonização de exploração forjou uma oligarquia agrária assentada na afirmação de um *ethos escravocrata*¹, que permanece como brutal herança e marca distintiva

¹ Compreendemos o conceito de *ethos escravocrata* como fundamento ontológico do tecido social brasileiro forjado pela agressividade das elites oligárquicas que ao longo da trajetória do Brasil colônia à atualidade promoveu e têm promovido formas de violência, de humilhação, de expropriação da vida e do

do tecido social brasileiro na atualidade. “O Brasil sempre foi contemporâneo de sua escravidão, embora sempre apresentasse a si próprio como *condenado ao moderno*”. (Ab’saber, 2022, p. 19). Porém, é preciso considerar que a violência² imposta pelos colonizadores, pelas oligarquias agrárias não foram desprovidas de resistência dos escravos e das categorias sociais exploradas naquele contexto. Quilombo dos Palmares (Séc. XVI); Revolta de Beckman (1684); Guerra dos Emboabas (1707 a 1709); Guerra dos Mascates (1710 – 1711) são alguns dos conflitos que se estabeleceram naquele contexto. Resistência e conflitos que vão se manifestar no Brasil independente e, também e no Brasil republicano como a Guerra de Canudos (1896-1897) e a Guerra do Contestado (1912-1916).

Movimento semelhante ao de Canudos foi o do Contestado, localizado em terras disputadas entre Paraná e Santa Catarina. O monge João Maria dera-lhe início ainda no Império. Proclamada a República, seu sucessor, outro João Maria, reagiu contra o que chamava de “lei da perversão”, o equivalente da “lei do cão” do Conselheiro. A partir de 1912, José Maria, a terceira liderança e também sucessor de João Maria, lançou um manifesto monarquista e nomeou imperador um fazendeiro analfabeto. Criou uma sociedade assemelhada ao comunismo primitivo, sem dinheiro e sem comércio. Canudos e Contestado foram combatidos e destruídos com violência pelo Exército, que não hesitou em usar canhões contra sertanejos pobremente armados. (Carvalho, 2017, p. 17)

A independência do Brasil em 1822, apenas consolidou o poder nas mãos das oligarquias agrárias a partir de seu *ethos escravocrata*. Ainda nesta direção, a transição do Brasil imperial ao Brasil republicano apresenta-se como um ajuste nas relações de poder entre as oligarquias agrárias com maior poderio econômico e influência política no contexto de fins

mundo dos povos indígenas, dos negros escravizados, de seus descendentes, desprovidos de reconhecimento, de justiça social, de reparações pela brutalidade sobre seus antepassados e, sobre a condição de exclusão social enfrentada na atualidade. Trata-se a partir deste conceito de reconhecer as injustiças, a violência sofrida cotidianamente pelas mulheres, pelos trabalhadores, desempregados, subempregados, informais, pelas formas de vida e expressão de indivíduos e/ou de comunidades que afrontam a cosmovisão elitista, preconceituosa e moralista vigente. O conceito de *ethos escravocrata* se apresenta como expressão de um tecido social brasileiro violentado, fraturado, que ao não alcançar reconhecimento suficiente de sua precária condição humana e societária, reproduz na interioridade de suas relações sociais as mais distintas e agressivas formas de violência herdadas do secular *modus operandi* oligárquico escravista. Ele se manifesta na ausência de compartilhamento e cuidado com o espaço público, uma vez que o mesmo foi historicamente usurpado pelas elites coloniais e hodiernas. Desconhece a primazia dos bens públicos sobre os interesses privados. Expressa em Instância derradeira a condição de um tecido social demarcado pela desconfiança e, pela ausência de uma visão de mundo comum, compartilhado. Sob tais pressupostos o *ethos escravocrata* é a expressão da disseminação da violência simbólica, política, econômica, religiosa, social e física em toda sua intensidade e profundidade no interior do fraturado tecido social brasileiro. (BAZZANELLA; GODOI, 2024, p. 83)

² “(...) precisamos conceber *uma genealogia da crueldade*, particular e coletiva, brasileira. Uma crueldade que é tanto ato quanto regime simbólico (...). Desde já podemos afirmar que, no Brasil, sempre, toda constante e absurda sinalização *contra o valor universal dos direitos humanos* é de fato *um ato derivado diretamente de nossa origem e de nosso constante desejo escravista*, que é reposto, não repousa e não se desmobiliza nos outros tempos do país”. (Ab’saber, 2022, p. 21)

do século XIX. Esta transição insere na cena política, social e institucional brasileira, duas estratégias de violência política que recorrentemente se manifestaram ao longo do século XX, chegando, inclusive, aos atos terroristas e golpistas de 08 de Janeiro de 2023 em Brasília. Primeiramente as oligarquias inauguram no Brasil independente a estratégia de golpe de Estado depondo o imperador Dom Pedro II³ e, em segundo lugar, golpe de Estado conduzido por meio dos militares.⁴

A trajetória da colônia de exploração à República das oligarquias rurais, que remontam a ancestralidade do atual “agro” é marcada pela ausência de participação dos segmentos populares da sociedade na cena política e institucional brasileira. Submetidos à violência do *ethos escravocrata* oligárquico na exploração de sua força de trabalho, a restrições de acesso a posse da terra, a educação, a saúde, entre outros bens públicos, coube aos brasileiros organizar movimentos sociais de resistência, de apoio mútuo em função da luta pela sobrevivência e conquista de direitos sociais.

³ “Em 129 anos de República, o Brasil teve até hoje 36 governantes – apenas um terço deles (12) foi eleito diretamente e terminou o mandato. De 1926 pra cá, a proporção é ainda mais absurda: dentre 25 presidentes, apenas 5 foram eleitos pelo voto popular e permaneceram no posto até o fim: Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek, Lula, FHC e Dilma (seu primeiro mandato)”. Link: <https://super.abril.com.br/historia/so-5-presidentes-eleitos-completaram-o-mandato-nos-ultimos-90-anos>. Observe-se que a passagem acima foi publicada no referido site em 14 de abril de 2015 e, segundo o site atualizado em 3 de outubro de 2018. Portanto, é considerar que Jair Messias Bolsonaro eleito de 2019 e, derrotado nas eleições de 2022, apesar de inúmeras tentativas de boicotar o processo eleitoral, bem como promover um golpe de estado após sua derrota eleitoral, tornou-se o 6º presidente eleito a concluir seu mandato presidencial.

⁴ “Ao contrário dos demais países sul-americanos, a independência brasileira não foi conquistada por meio de conflitos militares, mas da negociação com Portugal. A maior parte de seu território foi consolidado por acordos diplomáticos, com exceção da Guerra Cisplatina (1825-1828), em que perdeu o território do que hoje é o Uruguai, e a Guerra do Paraguai (1864-1870). É neste episódio – responsável por vitimar o maior número de brasileiros em guerras e praticamente dizimar toda população masculina adulta paraguaia – que o Brasil buscou, pela primeira vez, profissionalizar sua organização militar e estruturar materialmente suas Forças Armadas (GONÇALVES, 2009). Porém, no âmbito interno, a história militar brasileira é de constante participação política e diretamente voltada para a repressão de conflitos entre classes sociais e organizações políticas (SODRÉ, 2010). Durante o período colonial (1500-1815), mais de 30 conflitos armados ocorreram opondo povos originários e africanos escravizados, colonizadores portugueses, “lusso-brasileiros” e de outras nacionalidades – especialmente Holanda e França. No período imperial (1822-1889), as forças armadas nacionais atuaram para reprimir esses movimentos sociais e manter o regime monárquico, oligárquico e escravocrata, combatendo dezenas de revoltas populares, com destaque para as insurreições da Cabanada (1832-1835), de Carrancas (1833), da Cabanagem (1835-1840), dos Malês (1835), da Sabinada (1837-1838) e da Balaiada (1838-1841). Ao mesmo tempo, enquanto militares de baixa patente eram submetidos ao disciplinamento, com uso da tortura como punição, os militares de alta patente foram integrados à elite monárquica, ocupando cargos no Estado e no parlamento. A própria República foi instituída por um golpe militar liderado por generais do Exército aliados às oligarquias regionais, cuja aliança foi garantida pela repressão à revoltas liberais e insurreições populares de Canudos (1896-1897) e do Contestado (1912-1916)”. Link: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-50-brasil-forcas-armadas/>

Diante das tensões geopolíticas de fins do século XIX e início do século XX, promovidas pela revitalização do regime de acumulação de capital, que ensejaram nos principais países da Europa o desencadeamento de estratégias imperialistas, sobretudo em relação ao continente africano, as oligarquias rurais brasileiras se viram diante do desafio da modernização produtiva (industrialização) e, instauração de relações formais (legais) de trabalho. Instaure-se o Estado Novo, a partir dos anos 1930. As oligarquias agrárias concediam espaço controlado às oligarquias urbanas para a condução controlada das mudanças necessárias à inserção das elites brasileiras na dinâmica do capital. Francisco Weffort demonstra de forma clarividente as bases desta transição:

O célebre slogan de Antonio Carlos em 1930 – “Façamos a revolução antes que o povo a faça” – constitui a divisa de todo o período histórico que se abre com aquele movimento e se encerra com o golpe de Estado de 1964. Por força da clássica antecipação das “elites”, as massas populares permaneceram neste período (e permanecem ainda nos dias atuais) o parceiro-fantasma no jogo político. Foram a grande força que nunca chegou a participar diretamente dos grandes embates, sempre resolvidos entre os quadros políticos dominantes, alguns dos quais reivindicando para si a interpretação legítima dos interesses populares. Em todas as crises, desde 1945 a intervenção do povo a apareceu como possibilidade, mas o jogo dos parceiros reais consistiu em avaliar, tacitamente a importância desta intervenção e em blefar sobre este cálculo. (...). Em país algum ter-se-á observado uma tão ansiosa busca de compromisso, até entre grupos políticos mais antagônicos, que evitasse a radicalização do processo político e seu encaminhamento para soluções surpreendentes. (Weffort, 2003, p.13)

Sob tais pressupostos é preciso considerar a partir da natureza e finalidade do Estado apontado por Aristóteles, que a natureza do Estado brasileiro se constituiu sob prerrogativas oligárquicas patrimonialistas⁵ e, se mantém neopatrimonialistas. Tal condição, oligárquica assentada no *ethos escravocrata*, impede a constituição do espaço público, *locus* privilegiado de preservação e promoção dos interesses públicos e, do reconhecimento das demandas por reconhecimento e justiça social. Ou dito de outra forma, o Estado brasileiro não é expressão das relações de poder suficientemente estabelecidas a partir das demandas de amplos setores

⁵ No que concerne ao patrimonialismo constitutivo do Estado brasileiro, caracterizado como apropriação privada dos bens públicos Raimundo Faoro (1925 - 2003) em sua clássica obra: “Os donos do poder” (2000) argumenta que se trata de herança lusitana colonial que se enraizou na mentalidade e ação das oligarquias brasileiras: “A sociedade colonial não esgota sua caracterização com o quadro administrativo e o estado-maior de domínio, o estamento. Esta minoria comanda, disciplina e controla a economia e os núcleos humanos. Ela vive, mantém-se e se articula sobre uma estrutura de classes, que, ao tempo que influencia o estamento, recebe o influxo configurador, no campo político. O patrimonialismo, de onde brota a ordem estamental e burocrática, haverá a seiva de uma especial contextura econômica, definida na expansão marítima e comercial de Portugal. A burguesia, limitada na sua vibração e vinculada nos seus propósitos ao rei, foi incapaz, incapaz secularmente, de se emancipar, tutelada de cima e do alto”. (Faoro, 2000, p. 230)

da sociedade brasileira, mas expressão de interesses oligárquicos, privados que se locupletam com a expropriação da vitalidade produtiva das massas de trabalhadores brasileiros historicamente precarizados.

É precisamente neste sentido que os estados modernos que se formam à margem da revolução burguesa podem ser considerados “patrimonialistas”. Este patrimonialismo moderno, ou “neopatrimonialismo”, não é simplesmente uma forma de sobrevivência de estruturas tradicionais em sociedades contemporâneas, mas uma forma bastante atual de dominação política (...). (Schwartzman, 2007, p. 97)

O patrimonialismo oligárquico ao conformar a natureza do Estado brasileiro incide em duas práticas políticas e sociais deletérias para que o Estado alcance sua finalidade, que se circunscreve aristotelicamente na afirmação dos interesses públicos, dos bens públicos como condição basilar para o bem-viver juntos, para o alcance da equidade social, a garantia dos direitos individuais e sociais, entre eles de acesso aos bens e serviços públicos para afirmação de uma vida digna de ser vivida.

A primeira destas práticas consiste na apropriação do Estado, dos seus bens ou benefícios, de parte significativa da riqueza socialmente produzida para fins de enriquecimento privado. A manutenção dos privilégios patrimonialistas requer por parte das oligarquias rígido controle e sufocamento sobre as formas de organização social e suas demandas por democracia e participação no plano da política. A segunda condição deletéria se manifesta em práticas patrimonialistas disseminadas no tecido social brasileiro de forma generalizada. Alijada historicamente da participação no debate em torno dos rumos políticos do seu município, do seu estado e do país, os indivíduos passam a considerar que aquilo que é público pode ser apropriado a partir de seus interesses privados. A percepção cotidiana dos indivíduos é que as Administrações Públicas municipais, estaduais ou federal pertencem aos políticos. Se as instâncias estatais locais, regionais e nacionais não estabelecem representatividade popular, o máximo que se pode alcançar delas são interesses privados.

Basicamente, a noção de soberania de Estado supõe a possibilidade de pensar esta categoria como um aparelho despersonalizado e uma entidade coletiva. Mas, muito pelo contrário, o Estado na consciência desses homens se confundia com a pessoa do príncipe e o governo se identificava com seus atos e decisões ou com as de seus representantes. As mudanças de governo, que resultam da autonomia da colônia, simplesmente não caíam na esfera da consciência desses homens como mudança de instituição, mas como substituição de pessoas (Franco, 1997, p. 89).

Ou seja, ocorre nas massas um processo de espelhamento em relação às práticas patrimonialistas exercidas pelas oligarquias. Assim, trata-se de “tirar vantagem em tudo”, sobretudo de benefícios públicos contemplando interesses privados em toda extensão do

tecido social brasileiro. O compartilhamento generalizado de práticas patrimonialistas afasta o tecido social brasileiro de considerações sobre a natureza e a finalidade do Estado.

O *ethos escravocrata*, o patrimonialismo oligárquico são heranças coloniais, da violência decorrente de práticas políticas e econômicas predatórias das elites oligárquicas sobre o povo miúdo, sobre os povos indígenas, sobre os escravos negros e, portanto esta é a “(...) marca do espírito oligárquico nas novas elites” (Weffort, 2003, p. 14), que continuam a reverberar até a atualidade em função de estratégias de cerceamento de possibilidade de avanço e consolidação de práticas democráticas junto à sociedade brasileira.

Nesta perspectiva, na trajetória da sociedade brasileira a democracia como expressão distinta de governos do período republicano apresenta-se como uma promessa, como uma quimera. Esta condição, não exclui o fato de que se a prática de democracia não se constitui no plano político, social e institucional hegemônico, não seja praticada, vivenciada nos movimentos sociais, nas organizações dos trabalhadores, nas associações estudantis, sindicais e comunitárias, entre outras experiências. Para Weffort a democracia no plano formal, institucional, se apresentou à sociedade brasileira a partir da década de 1940, sob condições específicas, vejamos:

Por força das transformações sociais e econômicas que se associam ao desenvolvimento do capitalismo industrial e que assumem um ritmo mais intenso a partir de 1930, a democracia defronta-se – apenas começa a instaurar-se no pós-guerra – com a tarefa trágica de toda democracia burguesa: a incorporação das massas populares ao processo político. (Weffort, 2003, P. 15)

A democracia burguesa institucional que aporta em solo brasileiro é novamente decorrente majoritariamente de pressões exógenas. Como expressão de contradição em termos, será uma democracia tutelada. Se a incorporação das massas de trabalhadores é uma exigência dos tempos em curso nos anos 1940 a 1960, controlar os discursos, as lideranças, os movimentos, as formas de participação social é um imperativo do qual as oligarquias rurais e urbanas não podem desconsiderar. Esta condição é fundamental para compreender que diante das demandas por reformas de base⁶ entre os anos 1962 a 1964, as oligarquias

⁶ “Por que se tornaram, nos anos de 1962 e 1963, as chamadas reformas de base ou de estrutura o tema dominante da política brasileira? Quais eram essas reformas e em que ordem de prioridade deveriam ser realizadas? Por que o congresso não as votou e que forças e interesses resistiram a sua efetivação? As reformas de estrutura, que se convencionou chamar de reformas de base, tornaram-se o tema dominante da política brasileira, nos dois últimos anos do governo João Goulart, não porque se tivessem convertido no assunto principal dos comícios públicos, da pregação da esquerda, dos editoriais de imprensa ou dos discursos parlamentares, mas por serem exigências ou necessidades objetivas do processo de desenvolvimento deflagrado no país”. (Corbisier, 2006, p. 147). As reformas de base propostas eram as seguintes: Reforma eleitoral; Reforma administrativa; Reforma tributária; Reforma agrária; Reforma urbana; Reforma bancária; Reforma cambial; Reforma universitária.

brasileiras com apoio externo dos EUA e, apoiados pelos militares, vão promover mais um golpe de Estado. Tratou-se de um golpe⁷ civil, empresarial e militar⁸ de 1964 a 1984, que permitiu às oligarquias rurais e urbanas, o controle do Estado brasileiro por longos 20 (anos) e, cujas sequelas se encontram presentes na atualidade da sociedade brasileira.

O clímax destas movimentações, deliberações e ações (até governamentais) pela afirmação de um projeto de desenvolvimento nacional se apresenta, no início dos anos 1960, com o governo de João Goulart. Em 31 de março de 1964 a efervescência do debate nacional sobre a afirmação de um projeto de desenvolvimento nacional foi interrompida pelo golpe civil, empresarial e militar, que perdurou fatídicos e famigerados 20 (vinte) longos anos, vergonhosamente anistiados ao fim da ditadura. Perseguições, torturas, desaparecimentos, execuções e mortes de críticos do golpe militar foram uma realidade constante. Some-se a isto o exílio de professores, pesquisadores, intelectuais, músicos, poetas, políticos e outros que ousaram enfrentar o regime militar e sua ação deliberada em conformidade com as oligarquias agroexportadoras e a burguesia nacional, que decidiu pela subserviência ao capital das oligarquias nacionais e, ao capital internacional abandonando os setores populares com quem poderia ter afirmado um projeto de desenvolvimento nacional. (Bazzanella; Godoi; Marchesan, 2024, p. 28).

A ausência de espaço público, de reconhecimento pela coletividade dos bens públicos, de afirmação social do princípio da isonomia, de reconhecimento da necessidade de justiça social demonstra os limites oligárquicos para que o Estado brasileiro alcance sua finalidade, de promover o bem-viver juntos (Aristóteles), ou perspectiva contemporânea, a afirmação de um projeto de desenvolvimento nacional. A partir de tais perspectivas analíticas é preciso considerar que os debates sobre desenvolvimento nacional que se estabelecem entre os anos de 1930 a 1964, são eivados de paradoxos que demonstram as fraturas sobre as quais, Estado e sociedade no Brasil se constituíram historicamente. Assim, os debates e, sobretudo as iniciativas para afirmação de um projeto de desenvolvimento nacional ocorrerão na esfera

⁷ Em relação ao golpe civil, empresarial e militar de 1964, o sociólogo Octavio Ianni esclarece: “Como a política de industrialização realizou-se com base num jogo de conciliações com o capitalismo internacional, a sociedade brasileira tradicional e as classes assalariadas urbanas, o modelo socialista e o modelo internacionalista estiveram sempre presentes, como possibilidades. E tornaram-se, em algumas ocasiões, mais ou menos viáveis. No momento em que o próprio modelo getuliano esgotou uma de suas etapas, sem conseguir ingressar na seguinte, torna-se premente uma alternativa. O golpe de 1964 é uma operação político-militar inerente à opção adotada pela parte mais audaciosa, e mais consciente, da classe dominante”. (IANNI, 1975, p. 123)

⁸ “O golpe de 1964 acelerou a dependência, travou o desenvolvimento e desarticulou a sociedade civil numa proporção nunca antes vista na história do Brasil. O pensamento sobre o nosso país paralisou nas décadas seguintes. As vertentes críticas do modelo de desenvolvimento saíram politicamente derrotadas numa luta árdua pela autonomia do Brasil diante dos interesses internacionais. Os modelos de interpretação da Cepal com Prebisch e Furtado, da teoria da dependência representada por Santos, Marini, Frank e Amin, assim como a tese de um desenvolvimento dependente e associado por Faletto, Fernando Henrique e Weffort, assinalaram um período em que o Brasil representava um problema para a universidade. Havia, ainda que com limites, uma conexão entre os centros de pensamento e reflexão e a sociedade”. (Muntel; Ventapane; Freixo, 2006, p. 11)

política e empresarial. A sociedade brasileira em sua maioria composta por trabalhadores do campo e da cidade com baixa escolaridade e, com condições de trabalho e de vidas precarizadas não participam do debate.

O projeto de desenvolvimento nacional será ancorado no crescimento econômico a partir de investimentos estatais nas grandes obras de infraestrutura e de serviços públicos, bem como os investimentos na industrialização brasileira serão realizados em partes com fundos públicos, capitais advindos das oligarquias rurais e, por outro lado, com a abertura aos investimentos do capital estrangeiro. Tratava-se de acelerar a integração do Brasil e das oligarquias nacionais na dinâmica do regime de acumulação de capital internacional do pós-guerra.

Talvez seja possível considerar que a questão do desenvolvimento tenha se apresentado na cena nacional, de forma mais intensa, a partir dos anos 1930, com o golpe de estado que levou ao poder Getúlio Vargas. A Revolução de 1930 como é conhecida pode ser considerada uma resposta política às exigências das demandas de inserção do Brasil na dinâmica do capitalismo internacional. Era crucial ao país abrir suas fronteiras para os capitais e para a indústria estrangeira, ampliar seu parque fabril, abrir seu mercado interno e modernizar as relações de trabalho e consumo da sociedade brasileira. Evidentemente que não se tratava de uma revolução burguesa, que porventura destituísse de forma abrupta o domínio das oligarquias agrárias herdeiras de mais de quatro séculos de colonização, de exploração das terras, do trabalho escravo de povos indígenas e negros, do trabalho dos imigrantes, das populações analfabetas e destituídas da participação na esfera política e nacional do país. (Bazzanella; Godoi; Marchesan, 2024, p. 27)

Este modelo de desenvolvimento nacional beneficiou exclusivamente o capital internacional, as oligarquias e a nascente burguesia brasileira⁹. Quanto a sociedade brasileira em geral e, mais especificamente trabalhadora, será utilizada como mão-de-obra barata necessária a afirmação do regime de acumulação de capital almejado pelas elites oligárquicas nacionais, sob os auspícios de uma plutocracia internacional. Talvez se possa afirmar que numa das únicas oportunidades que os setores populares e os trabalhadores tiveram a oportunidade de debater o projeto de desenvolvimento nacional, articulando possível acordo com a incipiente burguesia nacional, indicando a necessidade de reformas de base, foram

⁹ “Se passarmos ao polo das elites, iremos nos deparar com a mesma malandragem, só que agora a serviço da Ordem. Nesse capítulo, é bem possível que também nos reconheçam algum pioneirismo em matéria de degradação *avant la lettre*, a saber as consequências sociais devastadoras da “margem de liberdade absurda e anti social de que a classe dominante, fortalecida pelo seu canal com o ‘progresso’ do mundo moderno, dispõe no país”. como nossa burguesia numa se pautou, nem poderia, salvo por motivos suicidas, pelo austero *ethos* weberiano da acumulação, sua dualidade rebaixada – um pé no patrimonialismo local, outro nas trocas transatlânticas modernas – por assim dizer antecipa a desmoralização contemporânea das finadas burguesias mundiais.” (Arantes, 2023, p. 81)

abandonados à própria sorte e alijados do debate político pelo golpe civil-empresarial e militar de 1964.

Esta dimensão política e social do debate em torno de um projeto de desenvolvimento nacional foi suplantada pela ditadura civil, empresarial e militar de 1964, que impôs uma visão técnica e burocrática aos debates sobre desenvolvimento nacional. A superação do subdesenvolvimento e, o alcance do desenvolvimento do país passa a ser tarefa de técnicos e burocratas a serviço do Estado brasileiro, porém, orientados por políticas econômicas externas e colonialistas. Neste contexto, os debates sobre desenvolvimento migram de sua condição política por excelência e, passam para as esferas instrumentais de planejamento e execução “eficiente e eficaz” sobre orientação e vigilância constante do Estado ditatorial em vigência. (Bazzanella; Godoi; Marchesan, 2024, p. 32)

Ainda vale ressaltar que se os discursos hegemônicos sobre desenvolvimento nacional orientavam-se pela lógica do crescimento econômico, reproduzindo internamente teorias do desenvolvimento, pensadas, elaboradas e implementadas nos países desenvolvidos, numa clara postura de subserviência, de sócios minoritários do capital internacional por parte das oligarquias e burguesia nacionais. No entanto, não faltaram esforços intelectuais e acadêmicos de elaboração de um projeto de desenvolvimento nacional, a partir das reprimidas demandas históricas, antropológicas, sociais, políticas e econômicas nacionais. Nesta direção, podem ser citados a título de exemplo: Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra, (formuladores da teoria da dependência marxista), Celso Furtado, Florestan Fernandes, Ignácio Rangel, Álvaro Vieira Pinto, Milton Santos, Octávio Ianni, entre outros autores que poderiam aqui ser citados. Estes pensadores, em sua maioria monitorados, depois perseguidos e, exilados pela ditadura militar, foram colocados à margem ou ignorados do debate político e acadêmico que se tornou hegemônico sobre o desenvolvimento nacional.

Os discursos e propostas que se tornaram hegemônicas na elaboração e implementação do projeto de desenvolvimento nacional foram alicerçadas na transposição de teorias do desenvolvimento dos países desenvolvidos com ênfase no desenvolvimento econômico vinculado à lógica do capital característica do período. Esta opção se deve em função das demandas do regime de acumulação de capital internacional e, por decorrência da relação de subserviência, também a partir das exigências das oligarquias rurais e urbanas brasileiras. Neste contexto, as exigências do desenvolvimento nacional passavam pela eficiência produtiva, pela capacidade de incorporação de novas tecnologias, por grandes projetos de infraestrutura, de parques industriais, de arranjos produtivos regionais, de *clusters* empresariais, entre outras iniciativas assemelhadas.

Sob tais imperativos e estratégias, o projeto de desenvolvimento nacional desprezou as diversidades e singularidades históricas, geográficas, antropológicas, políticas, sociais e econômicas locais, regionais e nacionais determinantes para a elaboração de um projeto de

desenvolvimento nacional, democrático e popular. É sintomático ainda considerar no âmbito do projeto de desenvolvimento nacional a ausência de debates, de considerações sobre a relação entre desenvolvimento e democracia. Ao virar as costas para o Brasil a ideologia do desenvolvimento nacional controlado pelas oligarquias rurais, urbanas e seus colaboradores garantiu às oligarquias a manutenção e controle das relações de poder em âmbito social e estatal.

Estado, neoliberalismo e desenvolvimento.

Os anos 1980 do século XX demarcam a abertura de um novo ciclo de tensões em torno do desenvolvimento nacional. A retirada programada da ditadura militar da cena política e social do país exigiu um rearranjo das relações de poder por parte das oligarquias rurais e urbanas nacionais diante das demandas reprimidas das classes populares durante os “anos de chumbo” levados adiante pela ditadura militar. Ademais, a dinâmica de acumulação de capital na cena internacional também tinha se modificado com a implementação gradual nos países desenvolvidos e, também em alguns países subdesenvolvidos (Chile sob a ditadura militar de Pinochet de 1973 a 1990) do ideário neoliberal.

Tratava-se, sobretudo, de dar vazão, porém, controlada às demandas populares. A constituinte de 1987 foi o palco das disputas entre as elites oligárquicas e as demandas populares sob o rótulo da “Nova República”. Ressalte-se aqui a criatividade das oligarquias nacionais de produzirem a novidade, de proporem periodicamente, ou em momentos de crise a refundação do Estado brasileiro. Foi assim com o “Estado novo” em 1930, com o Brasil comprimindo “50 anos em 5” nos anos 1950, com o “Milagre brasileiro” durante a ditadura militar, com a “Nova República” de meados dos anos 1980 aos anos 90. Trata-se sempre de reafirmar, de renovar a promessa de um Brasil grande, desenvolvido, desde que respeitadas às regras dominantes do jogo impostas pelas elites nacionais subservientes à lógica do capital internacional. “Ora, o que está sempre se projetando no futuro de um destino melhor, e o mito é bem conhecido, está sempre suspendendo sua realização, por algo que a atrasa e a nega.” (Ab’Saber, 2022, p. 26). Ou, como Marilena Chauí nos propõe pensar o mito fundador que subjaz como fundamento desta sociedade oligárquica, autoritária, patriarcal, patrimonial:

Se o Brasil é “terra abençoada por Deus”, se é paraíso reencontrado, então somos berço do mundo, pois somos o mundo originário e original. E se o país está “deitado eternamente em berço esplêndido” é porque fazemos parte do plano providencial de Deus. (...). Nosso passado assegura nosso futuro num *continuum* temporal que vai da origem ao porvir e se somos, como sempre dizemos, “Brasil, país do futuro”, é porque Deus nos ofereceu os signos para conhecermos nosso destino: o Cruzeiro do Sul, que nos protege e orienta, e a Natureza-Paraíso, mãe gentil. (Chauí, 2000, p. 72)

Nas disputas políticas e sociais que perpassam a Constituinte de 1987 tratava-se de fazer concessões às demandas populares secularmente reprimidas via Carta Constitucional de 1988. A constitucionalização das demandas populares, se por um lado indica ganhos sociais, por outro sinaliza para a eficiente estratégia oligárquica de controle das relações de poder. Afinal, a constitucionalização não se apresenta como garantia efetiva de conquistas sociais, a partir de duas prerrogativas estratégicas. Primeiramente, o fato de que a constitucionalização não se apresenta como garantia efetiva de direitos, na medida em que o Estado no exercício do poder soberano está acima da letra lei. Ou seja, não necessariamente se submete ao ordenamento jurídico que se propõe a conformar uma determinada ordem social. Ou ainda, dito de outra forma, o Estado no exercício de seu poder soberano tem a prerrogativa de agir em estado de exceção, suspendendo o ordenamento jurídico quando assim lhe aprouver.¹⁰ Num segundo momento, a Carta Constitucional pode ser alvo de emendas constitucionais, alterando o espírito das leis de acordo com os interesses estratégicos das oligarquias nacionais ou até internacionais em determinados momentos. Nesta direção, “Desde 1988 a Constituição foi emendada 140 vezes” (Agência Câmara de Notícias 27.12.2022);

É em meados dos anos 1980, do século XX, que a “agenda neoliberal” começa a ser implementada no Brasil. Mas, trata-se aqui em função da natureza dos argumentos de apresentar uma definição possível do que é o neoliberalismo? O neoliberalismo não é uma atualização do liberalismo em sua perspectiva política ou econômica conforme considerado como liberdade política ou econômica. O neoliberalismo implica uma adequação das relações entre Estado e sociedade em função das demandas de preservação do regime de acumulação de capital. Ou seja, o neoliberalismo se apresenta como um conjunto de estratégias de produção de subjetividades adequadas à dinâmica do capital. “Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais

¹⁰ O filósofo e jurista italiano Giorgio Agamben em sua obra “Estado de exceção”, publicada no Brasil em 2004 pela editora Boitempo demonstra que o exercício do poder soberano por parte do Estado ao estabelecer o ordenamento jurídico que normaliza as relações numa determinada ordem social não se submete ao referido ordenamento jurídico. O exercício de seu poder desvincula direito público e fato político, permitindo-lhe agir em permanente estado de exceção como condição do exercício de sua soberania. Nesta direção, argumenta o pensador: “(...) um duplo paradigma que marca o campo do direito com uma ambiguidade essencial: de um lado, uma tendência normativa em sentido estrito, que visa a cristalizar-se num sistema rígido de normas cuja conexão com a vida é, porém, problemática, senão impossível. (o estado perfeito de direito, em que tudo é regulado por normas) de outro lado, um tendência anômica que desemboca no estado de exceção ou na ideia de lei do soberano como lei viva, em que uma força de lei privada de norma age como pura inclusão de vida. (Agamben, 2004, p. 111)

e a todas as esferas da vida”. (Dardot & Laval, 2016, p.7). Ou seja, para os referidos autores o neoliberalismo se caracteriza como uma doutrina de:

(...) afirmação da *interdependência* de todas as instituições, assim como de todos os níveis da realidade humana. A ordem política, os fundamentos jurídicos, os valores e as mentalidades fazem parte da ordem global, e todos têm efeito sobre o processo econômico. Os objetivos da política compreenderão logicamente uma ação sobre a sociedade e o quadro da vida, com o intuito de conciliá-los com o bom funcionamento do mercado. A doutrina leva, portanto, à redução da separação entre Estado, economia e sociedade, tal como existia no liberalismo clássico. Ela embaralha as dimensões do homem, são como peças indispensáveis ao funcionamento de uma “máquina econômica” (Müller-Armack). (Dardot & Laval, 2016, p.7).

Para o neoliberalismo o Estado deve restringir-se à condição de agência normativa garantidora dos contratos exigidos para a liberalização do comércio mundial. Também deve atuar na flexibilização dos ordenamentos jurídicos relativos ao livre trânsito da economia financeirizada, bem como na desregulamentação dos direitos trabalhistas e sociais. Ainda nesta direção, compete ao Estado abster-se de investimentos em projetos de desenvolvimento nacional, em políticas públicas de promoção social, que possam comprometer as contas públicas, sinalizando ao mercado e aos investidores um Estado descomprometido com o ajuste fiscal. “Em matéria de política social, portanto, deve-se recusar o princípio indiscriminado de proteção de todos. O valor ético está na luta concorrencial, não na proteção generalizada do Estado de bem-estar (...)”. (Dardot & Laval, 2016, p.122)

Portanto, compete ao Estado exercer a legitimidade do uso da violência contra a sociedade, todas as vezes que esta se apresenta como movimento ou organização para requerer seus direitos, ameaça à propriedade privada, aos interesses estratégicos do capital. Aqui também se estabelece o discurso da privatização generalizada de empresas estatais, da terceirização e da quarteirização dos serviços públicos. Para o neoliberalismo, o Estado é ineficiente na administração dos ativos empresariais sob seu controle, bem como perdulário na oferta de serviços públicos, caracterizados pela baixa qualidade ofertada aos indivíduos. Sob tais pressupostos, a iniciativa privada, os investidores, o mercado reúnem as condições necessárias para gestão de setores da economia capitaneados por empresas estatais, bem na oferta de serviços públicos de qualidade a baixos custos, promovendo de forma eficiente e eficaz o bem-estar das sociedades individualizadas.

Mas, do ponto de vista neoliberal, a principal tarefa do Estado é implementar programas educacionais, leis, normas e regras que promovam formas de subjetivação adequadas às exigências da lógica de acumulação de capital. Trata-se, portanto, de induzir a constituição ou a implementação de sociedades individualizadas. A cosmovisão que fundamenta estas sociedades é a responsabilização moral e legal dos indivíduos pelos seus sucessos, mas, sobretudo pelos seus fracassos. Trata-se, portanto, de levar os indivíduos a

assumirem a forma gerencial de condução de suas vidas privadas. Sugere-se cotidianamente aos indivíduos aprimorarem-se para tornarem-se empresários de si mesmos. Empreendedores. Comprometidos diuturnamente com a inovação de si mesmos. As oportunidades de ascensão social estão à disposição de todos, basta que cada indivíduo se comprometa consigo mesmo, que tenha capacidade de concorrer de forma eficiente com outros indivíduos para o alcance de suas metas. “Em matéria de relação social, a concorrência é a *norma*”. (Dardot & Laval, 2016, p.123).

Para o neoliberalismo a sociedade é composta por indivíduos empresários de si mesmos. Trata-se de uma sociedade individualizada¹¹ concorrencial. Não há espaço público e bens públicos a serem compartilhados. A democracia passa a ser concebida como liberdade de expressão dos indivíduos, corroendo assim a ideia de opinião pública que perpassou o posicionamento social diante de questões públicas no âmbito das democracias liberais representativas. Ainda nesta direção, a democracia passou a ser vinculada ao regramento individual e social previsto no ordenamento jurídico estatal. O regramento da participação política dos indivíduos se afirma, sobretudo por meio de instituições reconhecidas pelo Estado (siglas partidárias) em momentos determinados de eleições, sob supervisão de tribunais eleitorais.

O esvaziamento da participação no debate político, partidário dos indivíduos nas campanhas eleitorais se confirma pelo descolamento entre o discurso de campanha dos candidatos em sua maioria desvinculados das ideologias partidárias sobre temas que envolvem majoritariamente questões como segurança, saúde, educação, valores familiares e patrióticos. Portanto, discursos de campanha que se eximem do debate sobre desenvolvimento humano, justiça social, participação política, questões ambientais. Neste sentido, observa Javier Flex

Las actuales tensiones entre la democracia y el mercado condujeron no sólo a un retroceso em las condiciones de equidade, sino a una polarización social y a sus correlativas situaciones abusivas de diferente índole. El abuso de poder

¹¹ Sociedade individualizada é parte de um dos títulos da vasta obra do sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017). “A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas” foi publicado no Brasil no ano de 2008. Neste livro o referido sociólogo reflete a condição das vidas contadas e vividas no contexto de uma modernidade ambivalente e líquida (títulos de outras de suas obras). Em “sociedade individualizada” o que está em jogo é a análise do avanço da individualização, da privatização de si mesmo, das relações humanas numa sociedade esvaziada de projetos societários comuns, de espaço público compartilhado. Neste contexto de esvaziamentos resta o indivíduo e envolto com seus compromissos individuais. “Em nossa “sociedade de indivíduos”, todos os problemas em que podemos nos meter são assumidos como criados por nós mesmos, e toda a água quente em que podemos cair se diz que foi ferida pelos fracassos dos desafortunados que caíram nela. Só podemos agradecer ou culpar a nós mesmos pelo que acontece de bom ou de ruim em nossa vida. (...). A característica distintiva das histórias contada em nossos tempos é que elas articulam vidas individuais de uma forma que exclui ou elimina (impede a articulação) a possibilidade de seguir a pista dos vínculos que conectam o destino individual às formas e aos meios pelos quais a sociedade como um todo opera”; (Bauman, 2008, pp. 16/17)

se perpetra particularmente desde el poder económico en el contexto de una globalización assimétrica (...). La misma significa que el mal capitalismo se desresponsabiliza social y ambientalmente para obtener ventajas competitivas espúrias que le permiten desplazar al buen capitalismo (...) como aquel que todavía procura mantener las instituciones de Estado de Bienestar. (Flex, 2013, p.157)

É neste contexto de implementação da agenda neoliberal que se afirmam pesquisas, debates e discursos sobre desenvolvimento regional. As iniciativas e debates sobre projetos de desenvolvimento nacional não encontram mais amparo na cosmovisão neoliberal. Pensar o desenvolvimento nacional se apresenta como discurso anacrônico, vinculado ao Estado intervencionista na economia, na dinâmica do mercado. Assim, como na sociedade individualizada compete aos indivíduos assumirem a responsabilidade por seus sucessos e fracassos, também na perspectiva do desenvolvimento agora em escala local, regional, territorial, sustentável, humano ou social (a proliferação de adjetivos promove a fragmentação conceitual, teórica e prática da compreensão e da ação em relação a um projeto de desenvolvimento nacional), as regiões devem assumir as responsabilidades pelo seu estágio de desenvolvimento.

Neste sentido, é sintomática a proliferação de publicações, de discursos que partem do questionamento: “Por que regiões se desenvolvem e outras não”. O questionamento sugere *a priori* que regiões que não se desenvolvem precisam reconhecer suas fragilidades, suas inconsistências em estabelecer uma “concertação regional” entre as lideranças políticas e econômicas para o alcance de um estágio de desenvolvimento apropriado aos desafios regionais submetidos aos imperativos globais, sobretudo neoliberais da plena produção, do pleno consumo, da prosperidade.

Sob tais pressupostos, as pesquisas, os debates e discursos sobre desenvolvimento regional, entre outras adjetivações acima enunciadas, apresentam-se, majoritariamente vinculadas a concepções tecnicistas, economicistas, alicerçadas nas ideias de inovação, empreendedorismo, capital humano e capital social. Trata-se de direcionar os esforços políticos, sociais e educacionais para assimilação por parte dos indivíduos de posturas “inovadoras e empreendedoras” intensificando os estoques de capital humano e social fundamentais para o desenvolvimento regional. Toda a vida humana e natural é reduzida à condição capital que requer que seja acumulado, investido, contabilizado num ciclo de relações humanas e naturais pragmáticas, utilitaristas, efêmeras e descartáveis. “É preciso, em particular, uma grande política de educação das massas que prepare os homens para as funções econômicas especializadas que os aguardam e para o espírito do capitalismo a que devem aderir para viver”. (Dardot & Laval, 2016, p. 92).

Neste diapasão, o abandono de um projeto de desenvolvimento nacional remete à ideologia do desenvolvimento local, regional, territorial, etc. Talvez se possa afirmar que para

além de uma ideologia o discurso do desenvolvimento em variedade de adjetivos se apresenta como uma crença mobilizada por variações teóricas vinculadas a reprodução teórica e prática da lógica do capital. Ou então, de pesquisadores que apresentam certos adjetivos teóricos ao desenvolvimento como forma de tentarem ocupar espaços se projetarem academicamente sem um fim de compreensão profunda da realidade, muito menos de projetar perspectivas de mudança de tais condições. Ainda nesta direção, talvez isto explique os preconceitos institucionais e sociais em relação às análises sobre desenvolvimento advindas de parte das Ciências Humanas, sobretudo da História, da Antropologia, da Psicologia, da Filosofia, enquanto outras advindas das Ciências Sociais Aplicadas, de segmentos da Geografia, da Administração, do Direito, das Engenharias, da Saúde e, mesmo das Ciências Humanas, neste caso a Economia são acolhidas como inovadoras em função de sua tácita adesão a reprodução da crença neoliberal no desenvolvimento.

Assim, os discursos difusores da crença neoliberal no desenvolvimento local, regional, territorial e outros, necessariamente se apresentam alheios, senão desvinculados de concepções de democracia, que coloquem em jogo as relações de poder, a urgência de constituição e preservação do espaço público como *locus* do debate público sobre desenvolvimento. O desprezo pelo reconhecimento entre a íntima relação entre democracia e desenvolvimento cerceia o debate e a percepção sobre as contradições sociais advindas da luta de classes, a precarização do mundo do trabalho, a insustentabilidade do modelo econômico de produção e consumo em curso, a necessidade de ampliação do espaço de participação política de significativos setores da sociedade organizada nos debates e rumos do desenvolvimento local e regional.

Para além dos argumentos acima arrolados é preciso considerar que no âmbito da pesquisa sobre desenvolvimento regional prevalecem teorias exógenas vinculadas à lógica hegemônica da reprodução do regime de acumulação de capital, bem como a tendência de transformar relatos de experiências locais e regionais ditas de sucesso a partir da ideologia/crença no desenvolvimento como experiência de sucesso de desenvolvimento local e regional. Destes discursos se desdobra a crença¹² de que regiões podem alcançar autonomia

¹² Quanto a crença no mito do desenvolvimento o pesquisador Atílio Alberto Boron faz as seguintes considerações: "(...) el mito del desarrollo capitalista nacional y su premisa, la existencia de una burguesía nacional, siguen ejerciendo un enfermizo atractivo en la dirigencia "progresista" latino-americana (...).En el caso del Brasil, la persistencia de este mito (unido a la necesidad de edulcorar su imagen de sindicalista combativo) impulsó al candidato del Partido del Trabajo (pt) para las elecciones del año 2002, Luiz Inacio *Lula* da Silva, a forjar una alianza tan desmovilizadora como anacrónica con un representante de la "burguesía nacional" brasileña, un sector supuestamente identificado con el desarrollo económico y el fortalecimiento del mercado interno, la expansión del empleo y, por esta vía, una certa redistribución del ingreso. Sin embargo, la presencia del empresario José Alencar no traspasó los límites de lo meramente ornamental: fue durante la primera presidencia de *Lula* cuando el capital

em seus processos de desenvolvimento. Ou dito de outra forma, a adesão à agenda neoliberal e sua ideologia sobre desenvolvimento local, regional, etc... abandona-se pesquisas, estudos, debates que considerem a pluralidade e a singularidade geográfica, história, antropológica, política, econômica e cultural regional, que se expressa na singularidade nacional plena de potencialidades para trilhar um projeto de desenvolvimento nacional que considere o modo singular da conformação social brasileira e sua inserção distinta no cenário internacional.

Assim, dos anos 1990, do século XX, com a “República Nova” aos dias atuais, a natureza do Estado brasileiro decorrente da violência oligárquica constitutiva da dinâmica da colônia de exploração, da conformação do tecido social sob prerrogativas do *ethos* escravocrata, ausente de distinção entre espaço público e interesses privados e, controlado por sucessivas gerações oligárquicas não cumpriu e não cumpre sua finalidade de promover amplo, extenso e profundo debate local, regional e nacional na afirmação de um projeto de desenvolvimento nacional que reverbere as potencialidades e singulares de seu povo.

Considerações finais

Os Gregos Antigos, sobretudo a partir das reflexões de Aristóteles, nos legaram o ensinamento de que desprovidos da primazia do espaço público, os mais diferentes povos nos mais distintos períodos históricos tiveram e terão dificuldades de afirmarem politicamente sua proposta de desenvolvimento. A primazia do espaço público, dos bens públicos sobre os interesses privados é condição basilar para afirmação do princípio da isonomia, da igualdade de todos os cidadãos diante da lei, mas, sobretudo possível garantia do amplo debate político como condição irrenunciável para o alcance do bem-viver juntos. O espaço público ao garantir e promover o debate político amplo com os mais distintos segmentos da sociedade afirma a igualdade de condições como ponto de partida para o reconhecimento de cada cidadão no contexto social e, por decorrência da afirmação da justiça social. Portanto, trata-se de reconhecer, a partir das contribuições de Aristóteles que a qualidade da democracia como expressão pública da primazia dos interesses públicos e sociais é condição basilar para o desenvolvimento.

financiero obtuvo las más fabulosas tasas de rentabilidad de toda la historia del Brasil, con el previsible impacto devastador sobre los restos de una “burguesía nacional” absolutamente impotente para torcer el rumbo de la política económica ultraneoliberal que, con al aval de *Lula*, la estaba destrozando. En esse sentido, los reiterados lamentos del vicepresidente por los efectos de las políticas del superministro fueron penosos testimonios de la incapacidad política de una clase que, a pesar de los nostálgicos, ya hacía tiempo que había perdido los atributos que, en el pasado, le posibilitaron ejercer un papel más decoroso en el escenario nacional. (Boron, 2007, pp. 203;207;208)

XII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional

<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/index>

Santa Cruz do Sul, 2025

As heranças coloniais, que carregamos em nossa trajetória histórica, política e social, refletem nas dificuldades de afirmação da primazia do espaço público. O Estado brasileiro desde sua instauração, após 320 (trezentos e vinte) anos de colonização e exploração foi capturado pelas oligarquias agrárias. O Estado e os bens públicos sob seus cuidados foram e continuam sendo alvo de interesses privados. O patrimonialismo que se espraia no tecido social brasileiro trata de controlar, tirar vantagens, amealhar recursos públicos em benefício próprio.

Concomitante ao patrimonialismo no plano político e estatal a conformação do tecido social brasileiro se deu sob a égide do *ethos escravocrata*, marcado pela violência nas relações entre as elites oligárquicas e o povo “sem eira nem beira”. Preconceitos de toda ordem reverberam na dinâmica da sociedade brasileira até os dias que correm. Limites para progressão educacional, profissional, acesso a serviços públicos de qualidade são decorrentes da violência contínua sob o qual se constitui a sociedade brasileira.

Todas estas questões reverberam com maior intensidade no contexto de implementação da agenda neoliberal em curso. A despeito de toda esta herança colonial, oligárquica, violenta, preconceituosa, mas também de muita resistência e resiliência dos brasileiros, trata-se agora do aniquilamento da ideia de espaço público, de debate político em torno de um projeto de desenvolvimento local, regional e nacional soberano. A democracia foi reduzida à liberdade de expressão dos indivíduos a partir de sua visão e interesse privado em relação àquilo que restou do espaço público. O Estado reduzido a uma agência garantidora dos contratos com o capital e, ao mesmo tempo, fomentador e disciplinador das demandas de empreendedorismo que se impõe aos indivíduos no contexto de uma sociedade individualizada, exime-se de orientar a construção de um projeto de desenvolvimento nacional.

Neste conturbado e desafiador cenário, a ideologia do desenvolvimento mantém seu discurso, dissemina crenças e mantém mobilizados os anseios sociais de alcance em algum momento do almejado desenvolvimento. Neste contexto, não está em jogo pensar e despende esforços num projeto de desenvolvimento nacional, senão intensificar a competição local e regional em busca do seu desenvolvimento, normalmente econômico. É somente no contexto de ausência de espaço e debate público democrático em torno de um projeto de desenvolvimento nacional que faz sentido, o recorrente questionamento reverberado pelos ideólogos do desenvolvimento regional, entre outras adjetivações possíveis e, que assim se apresenta: “Por que algumas regiões se desenvolvem e outras não”? A partir dos pressupostos neoliberais podemos arriscar uma resposta, qual seja: “Simples, porque algumas regiões dispõem de lideranças políticas e elites econômicas empreendedoras”. Mas, e o povo? Este é um mero detalhe, ou dito de outra forma, mera massa de manobra.

Referências

Ab'Saber, Tales. **O soldado antropofágico**. São Paulo: n-1 edições; editora Hedra, 2022.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de sítio).

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIA. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Parlamentares aprovaram 14 emendas à Constituição em 2022**. Link de acesso: <https://www.camara.leg.br/noticias/931900-parlamentares-aprovaram-14-emendas-a-constituicao-em-2022/>. Acessado em 28.04.2025.

ARANTES, Paulo Eduardo. **A fratura brasileira do mundo: Visões do laboratório brasileiro da mundialização**. São Paulo: Editora 34, 2023.

Aristóteles. **A Política**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BAZZANELLA, Sandro Luiz; GODOI, Cintia. O dispositivo do desenvolvimento e a reprodução da violência inerente ao *ethos escravocrata* no tecido social brasileiro. (In) FÁVERI, José Ernesto de; CANI, Luiz Eduardo; BAZZANELLA, Sandro Luiz. **Realidade Nacional e Crise Atual: entre a cultura e a barbárie, Vol IV**. São Paulo: LiberArs, 2024.

BAZZANELLA, Sandro Luiz; GODOI, Cintia Neves; MARCHESAN, Jairo. **DIÁLOGOS SOBRE CIÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Análise de entrevistas com pesquisadores da subárea do conhecimento “Desenvolvimento Regional” da Área PLURD-CAPEs**. São Paulo: Editora LiberArs, 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Tradução José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

Boron, Atilio Alberto. **Duro de matar. El mito del desarrollo capitalista nacional en la nueva coyuntura política de América Latina: Problemas del Desarrollo**. Revista Latinoamericana de Economía, vol. 38, núm. 151, outubro/ dezembro, 2007, pp. 197-215 - Universidad Nacional Autónoma de México. Link de acesso: <https://www.scielo.org.mx/pdf/prode/v38n151/v38n151a10.pdf>

CARVALHO, José Murilo. **Pecado original da república: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 1ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORBISIER, Roland. Lógica e cronologia das reformas. (In) **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. Rio de Janeiro; PUC/Rio: Contraponto, 2006.

DARDOT, Pierre; LAVAL Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronado Político Brasileiro vol.1**. São Paulo: GLOBO, 2000.

FLEX, Javier. **Ética, política y mercado: en torno de las ficciones neoliberales**. 1ª ed. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2013.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª edição. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Dossiê nº 50: Brasil: as Forças Armadas e a crise permanente. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-50-brasil-forcas-armadas/>. Acessado em: 25 abr. 2025.

MUNTEL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de. Introdução João Goulart: um Brasil a ser construído. (In) **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. Rio de Janeiro; PUC/Rio: Contraponto, 2006.

SANTOS, Theotonio Dos. **Evolução Histórica do Brasil: Da Colônia à Crise da “Nova República”**. Expressão Popular: São Paulo, 2021.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Pulbit Soluções Editoriais, 2007.

SUPERINTERESSANTE. Só 5 presidentes eleitos completaram o mandato nos últimos 90 anos. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/so-5-presidentes-eleitos-completaram-o-mandato-nos-ultimos-90-anos/>. Acessado em: 25 abr. 2025.

WEFFORT, Francisco C. **O populismo na política brasileira**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.